

Demonstrações
Financeiras
2025

AZEVEDO & TRAVASSOS INFRAESTRUTURA LTDA.

Demonstrações Financeiras Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Demonstrações do valor adicionado	11
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Cotistas da
Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro, e emitir um relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de abril de 2026.

TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-03.22.67/O-1
CVM 12.220

ADERBAL ALFONSO Assinado de forma digital por
ADERBAL ALFONSO
HOPPE:54156025004
Dados: 2026.04.29 12:29:43 -03'00'
Aderbal Alfonso Hoppe
Sócio
Contador CRC - 1SC020036/O-8-T-SP

AZEVEDO & TRAVASSOS INFRAESTRUTURA LTDA.

Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	19.095	2.824
Clientes	7	49.950	15.684
Estoques	8	2.948	1.782
Estoque de terrenos	9	1.311	1.311
Adiantamento a fornecedores	10	50.841	2.450
Impostos a recuperar	11	7.659	6.038
Despesas antecipadas	12	3.420	490
Partes relacionadas	13	235.894	200.367
Outros créditos	14	17.256	17.491
		388.374	248.437
Ativo não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferida	31	14.647	9.147
Despesas antecipadas	12	3.155	-
Outros créditos	14	2.548	1.724
		20.350	10.871
Propriedade para investimentos	15	31.200	28.000
Imobilizado	16	3.303	3.206
Intangível	17	21	37
		34.524	31.243
Total do ativo		443.248	290.551
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores	18	90.353	50.759
Empréstimos e financiamentos	19	11.667	7.283
Salários, provisão para férias e encargos sociais	20	10.420	16.809
Obrigações tributárias	21	20.748	20.672
Adiantamento de clientes	22	56.127	1.953
Outras contas a pagar	23	12.205	4.006
		201.520	101.482
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	19	8.333	-
Obrigações tributárias	21	39.975	18.270
Provisão para contingências	25	5.564	4.776
Imposto de renda e contribuição social diferida	28	10.382	1.487
Outras contas a pagar	23	586	-
		64.840	24.533
Total do passivo		266.360	126.015
Patrimônio líquido			
Capital social	24	179.820	179.820
Prejuízos / Lucros acumulados		(2.932)	(15.284)
		176.888	164.536
Total do passivo e patrimônio líquido		443.248	290.551


As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

AZEVEDO & TRAVASSOS INFRAESTRUTURA LTDA.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita de venda e serviços prestados, líquida	26	234.294	141.986
Custos na venda de produtos e serviços prestados	27	(179.556)	(139.079)
Lucro bruto do exercício		54.738	2.907
Receita (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	27	(14.135)	(15.184)
Honorários dos administradores	27	(1.288)	-
Outras receitas e (despesas) operacionais	27	(11.171)	(5.709)
Lucro (Prejuízo) operacional		28.144	(17.986)
Receitas financeiras	28	360	119
Despesas financeiras	28	(12.758)	(12.750)
Resultado Financeiro		(12.398)	(12.631)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		15.746	(30.617)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	29	(3.395)	9.880
Lucro (Prejuízo) do exercício		12.351	(20.737)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras



AZEVEDO & TRAVASSOS INFRAESTRUTURA LTDA.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro (Prejuízo) do exercício	12.351	(20.737)
Total do resultado abrangente do exercício	12.351	(20.737)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras



AZEVEDO & TRAVASSOS INFRAESTRUTURA LTDA.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023	178.333	5.453	183.786
Aumento de capital social	1.487	-	1.487
Prejuízo do exercício	-	(20.737)	(20.737)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	179.820	(15.284)	164.536
Lucro do exercício	-	12.351	12.351
Saldo em 31 de dezembro de 2025	179.820	(2.932)	176.888

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	15.746	(30.617)
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) do exercício ao caixa proveniente das atividades operacionais		
Depreciação e amortização	560	438
Efeito líquido da baixa de investimentos	-	2.827
Empréstimos e financiamentos	1.108	2.245
Provisão para obrigações legais	788	4.432
Avaliação de valor justo	(3.200)	-
	<u>15.002</u>	<u>(20.675)</u>
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Clientes	(34.266)	6.934
Estoques	(1.166)	1.782
Estoques de imóveis	-	4.304
Adiantamento a fornecedores	(48.391)	(1.300)
Despesas Antecipadas	(6.085)	-
Partes Relacionadas	(35.527)	(19.456)
Impostos a recuperar e outros créditos	(2.210)	(5.496)
	<u>(127.645)</u>	<u>(13.232)</u>
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	39.594	4.660
Salários, provisão férias e encargos sociais	(6.389)	1.868
Obrigações tributárias	21.781	10.646
Partes relacionadas	-	(3.682)
Adiantamento de Clientes	54.174	-
Outras Contas a pagar	8.786	336
	<u>117.946</u>	<u>13.828</u>
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	5.303	(20.079)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições (baixas) de ativos investimentos, imobilizado e intangível	(641)	36.875
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(641)	36.875
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos	11.609	(17.514)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	11.609	(16.027)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	16.271	769
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.824	2.055
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	19.095	2.824
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	16.271	769

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

AZEVEDO & TRAVASSOS INFRAESTRUTURA LTDA.

Demonstrações dos valores adicionados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
1 - RECEITAS		
1.1 - Vendas de mercadorias, produtos e serviços	251.488	153.436
	251.488	153.436
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
2.1 - Custo venda de produtos e serviços.	(98.648)	(41.407)
2.2 - Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(54.919)	(60.267)
	(153.567)	(101.674)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)	97.921	51.762
4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(560)	(438)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO (3 - 4)	97.361	51.324
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
6.2 - Receitas financeiras	475	119
6.3 - Avaliação valor justo / deságio	3.200	-
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	101.036	51.443
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
8.1 - Pessoal - salários e encargos	38.922	56.061
8.2 - Impostos, taxas e contribuições	38.589	10.762
8.3 - Remuneração de capitais de terceiros	11.174	5.357
8.4 - Lucro (Prejuízo) do exercício	12.351	(20.737)
VALOR ADICIONADO DISTRIBUIDO	101.036	51.443

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

1. Contexto operacional

1.1. Atividades das empresas do Grupo

A Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. (“ATINFRA” ou “Companhia”) é uma sociedade empresária limitada domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é Avenida das Nações Unidas, nº 12901, andar 21, conjunto 2102, setor parte A – Edifício Torre Norte – São Paulo - SP.

A Companhia tem como objetivo social planejamento e execução de projetos, obras e serviços de construção civil e engenharia civil e mecânica, sob origem de empreitada, administração ou outros admitidos. Estudos, projetos, direção, fiscalização, manutenção, assistência técnica, perícia, arbitramento, consultoria, construção de edifícios, estradas de rodagem, pontes, viadutos, túneis, ferrovias, gasodutos, oleodutos, obras de saneamento, canalização de córregos e rios, obras de drenagem e irrigação, obras de portos e aeroportos, obras de montagens industriais, serviços topográficos e geodésicos. Compra, venda, locação, administração e incorporação, exceto corretagem, de bens móveis e imóveis próprios. Comércio, locação, instalação e montagem de máquinas, equipamentos e peças industriais e materiais de construção e participação em outras sociedades comerciais ou civis como sócia, acionista, consorciada ou associada e sob qualquer outra forma de capital nacional ou estrangeiro.

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras:

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC e IFRS)

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) e também de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e são aplicáveis às informações comparativas de 31 de dezembro de 2024.

Em conformidade com a OCPC 07/CTG 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil Financeiros de Propósito Geral, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem as políticas estabelecidas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião do Conselho de Administração, realizada em 29 de abril de 2026.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia é o Real.

3. Resumo das políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação e apresentação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Instrumentos financeiros

3.2.1. Ativos financeiros

Reconhecimento e mensuração

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Classificação e mensuração subsequentes

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

3.2.2. Passivos financeiros

Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é

retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3. Estoques de mercadorias, terrenos

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou produção e os valores de reposição ou realização. Quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

Os estoques de terrenos são avaliados ao custo de aquisição, ou valor de realização, dos dois o menor.

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

3.4. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos das depreciações e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia e suas controladas. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

Custos incorridos antes da obtenção das concessões e gastos com estudos e pesquisas geológicas e geofísicas são lançados ao resultado quando incorridos.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item de imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes da venda ou baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

3.5. Ativo intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, são submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

3.6. Propriedades para investimento

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos de transação. Após o reconhecimento inicial, são mensuradas a valor justo.

Para os terrenos, a Companhia fez a avaliação com base no método comparativo direto de mercado.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando não se espera benefícios econômicos futuros, ou transferidas quando há intenção de venda.

3.7. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

3.8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto sobre a renda diferido (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos

nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios, se aplicável) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável, nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados, considerando a apuração por entidade, apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

3.9. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.10. Ativos, passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

(i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões

judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

- (ii) Passivos contingentes são provisionados, quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados;
- (iii) Obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

3.11. Distinção entre ativos e passivos circulantes e não circulantes

A distinção entre circulante e não circulante é baseada no ciclo operacional ou de ativos realizados e passivos liquidados dentro desse mesmo ciclo. A norma define o ciclo operacional como o tempo entre a aquisição dos ativos que circulam continuamente (capital de giro) e sua realização em caixa. A Companhia adota o prazo de 12 meses como ciclo operacional.

3.12. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os sócios da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no dividendo mínimo definido no contrato social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos sócios, em Assembleia Geral.

3.13. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

3.14. Reconhecimento da receita

3.14.1 Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A Companhia tem como principal atividade o planejamento e a execução de projetos e obras de engenharia em todos os seus ramos e especialidades, sob regime de empreitada, administração ou outras modalidades praticadas no mercado.

A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de execução do contrato.

O estágio de execução do contrato é avaliado pelo método de porcentagem de conclusão (POC), que considera a proporção entre os custos incorridos com os serviços até então executados e o total dos custos orçados de cada contrato. Para contratos que não possam ter sua receita avaliada de maneira confiável em relação ao trabalho executado de acordo com esse método, a Companhia leva em consideração medições do trabalho executado com a finalidade de apurar a receita contábil.

Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

3.15. Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

A apresentação da demonstração do valor adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas.

3.16. Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

4. Estimativas e premissas contábeis significativas

Na aplicação das práticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas

subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. A seguir, são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

4.1. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota explicativa 23. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados interno e externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

4.2. Vida útil dos bens do imobilizado e intangível

Quando existe a necessidade, a Companhia revisa a vida útil estimada, valor residual e método de depreciação ou amortização dos bens do imobilizado e intangível no final de cada exercício de relatório.

4.3. Perda de créditos esperada

A perda de créditos esperada é constituída para levar as contas a receber de clientes ao seu valor de recuperação com base na análise individual dos créditos existentes. A Companhia adota o critério de provisionar a totalidade dos créditos considerados de difícil realização, e reconhece imediatamente como perda no resultado aqueles considerados como incobráveis.

4.4. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, ele é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, taxa de juros, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

4.5. Impostos

Existem incertezas em relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao

valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia está sujeita, no curso normal dos nossos negócios, a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias tributária e trabalhista. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que sejam movidos contra a Companhia, esta pode ser adversamente afetada, independentemente do respectivo resultado.

5. Novos pronunciamentos técnicos adotados

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas ainda não esteja vigente.

Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7:

As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

A implementação do Pronunciamento Técnico, não afetou as informações já anteriormente divulgadas pela Companhia nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, não havendo necessidade de divulgação de informações adicionais.

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir.

A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das

demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do exercício” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados publicamente, a Companhia não é elegível pela aplicação do IFRS 19.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e à ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e, por consequência, estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.

O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações vigoram para exercícios de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	51	42
Banco conta movimento	5.540	1.132
Aplicações financeiras	13.504	1.650
	19.095	2.824

O saldo de caixa e bancos compreende os depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato e os referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações da Companhia. As aplicações financeiras são formadas por CDBs. São classificadas pela Administração da Companhia, em conjunto na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, que representam dinheiro em caixa, depósitos imediatamente resgatáveis e de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificante risco de alteração de valor.

7. Clientes

A rubrica é representada por clientes nacionais, revenda de mercadorias e serviços de construção faturados e a faturar pela Companhia:

	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber faturado	22.315	5.969
Contas a receber a faturar	35.656	13.253
	57.971	19.222
(-) Antecipação de recebíveis	(8.021)	(3.538)
Saldo de clientes líquido	49.950	15.684

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Administração da Companhia, após análise dos créditos em aberto, entendeu que não existe a necessidade de constituição de saldo de perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa (PECLD).

A composição dos clientes a receber está demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	49.238	18.546
01 a 60 dias	5.805	-
61 a 180 dias	2.452	158
Acima de 180 dias	476	518
Vencidas	8.733	676
	57.971	19.222
(-) Antecipação de recebíveis	(8.021)	(3.538)
Saldo de clientes líquido	49.950	15.684

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

8. Estoques

	31/12/2025	31/12/2024
Material de construção e peças de manutenção	2.948	1.782
	2.948	1.782

9. Estoque de terrenos

Os terrenos adquiridos para comercialização são inicialmente reconhecidos pelos custos de aquisição (custo histórico) e posteriormente mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

	31/12/2025	31/12/2024
Estoques de terrenos	1.311	1.311
	1.311	1.311

A seguir estão demonstrados os detalhes e metragens dos terrenos:

Descritivo	M ²	31/12/2025	31/12/2024
Lote 6 (i)	1.536	1.311	1.311
Total	1.536	1.311	1.311

(i) O terreno está dado em garantia em processos cíveis e parcelamentos tributários.

10. Adiantamento a fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais	39.183	2.450
Fornecedores internacionais	11.658	-
	50.841	2.450

Os adiantamentos a fornecedores nacionais e internacionais se referem-se à compra de materiais, equipamentos e serviços a serem utilizados na execução dos projetos.

11. Impostos a recuperar

	31/12/2025	31/12/2024
IRRF	2.702	1.991
CSLL	1.613	1.144
ICMS	123	91
INSS	914	1.060
ISS	870	675
PIS	128	84
COFINS	726	385
IRPJ	583	608
	7.659	6.038

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)**

12. Despesas antecipadas

	31/12/2025	31/12/2024
Seguros a apropriar (i)	6.283	180
Deposito aluguel (Caução)	292	310
	6.575	490
Circulante	3.420	490
Não circulante	3.155	-

(i) Refere-se a seguro de execução de obra.

13. Transações com partes relacionadas

Trata-se substancialmente da transferência de recursos financeiros entre a Companhia e sua Controladora para liquidação de passivos e manutenção do caixa administrativo.

As transações com partes relacionadas estão divulgadas a seguir:

(a) Transações entre partes relacionadas reconhecidas no ativo e no passivo

	31/12/2025	31/12/2024
Saldos a receber de acionistas e empresas do Grupo		
Azevedo e Travassos S.A.	232.238	200.367
Azevedo & Travassos Investimentos	3.656	-
	235.894	200.367

(b) Transações entre partes relacionadas com efeito no resultado

Com base nas transações existentes não existiram impactos no resultado do ano de 2025 e no resultado do ano de 2024, bem como não se esperam perdas com relação aos saldos em aberto.

14. Outros créditos

	31/12/2025	31/12/2024
Depósito judicial (i)	3.554	1.725
Consortio	3.450	4.009
Retenção contratual (ii)	12.681	12.984
Outros créditos	119	497
	19.804	19.215
Circulante	17.256	17.491
Não circulante	2.548	1.724

(i) Refere-se a valores de depósitos judiciais em processos tributários, trabalhistas e cíveis.

(ii) São valores retidos pelos clientes a título de garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, sendo restituídos quando do atingimento de marcos contratuais.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)**

15. Propriedades para investimentos Terrenos

A propriedade para investimento é mensurada pelo custo de aquisição no reconhecimento inicial e deve ser continuamente mensurada pelo valor justo.

Movimentação

A Companhia realiza anualmente a avaliação das propriedades para investimentos, através de laudo de avaliação, utilizando o método comparativo de preços para atualização dos ativos a valor de mercado .

Saldo em 31 de dezembro de 2023	69.410
Baixas	(41.410)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	28.000
Ajuste a valor justo	2.240
Impairment	960
Saldo em 31 de dezembro de 2025	31.200

Relação dos imóveis

Item	Descrição	Área (m ²)	31/12/2025	Ajuste AVJ	31/12/2024	Baixas	31/12/2023
1	LOTE 1 (i) Rua Bueno da Ribeira e Rua Bernardo Rolim de Moura, lote 1, parte do Sítio Guerra, no 4º Subdistrito – Nossa Senhora do Ó São Paulo/SP	55.568	31.200	3.200	28.000	-	28.000
2	LOTE 4 Rua Hortolândia, lote 4, parte do Sítio Guerra, no 4º Subdistrito - Nossa Senhora do Ó. São Paulo/SP	4.343	-	-	-	(4.350)	4.350
3	LOTE 7 Rua Hortolândia, lote 7, parte do Sítio Guerra, no 4º Subdistrito – Nossa Senhora do Ó São Paulo/SP	18.144	-	-	-	(9.800)	9.800
4	LOTE 8 A Rua Hortolândia, área A (parte do lote 8), parte do Sítio Guerra, no 4º Subdistrito – Nossa Senhora do O São Paulo/SP	6.697	-	-	-	(6.000)	6.000
5	LOTE 8 B Endereço: Rua Hortolândia, Área B (parte do lote 8), parte do Sítio Guerra, no 4º Subdistrito – Nossa Senhora do Ó São Paulo/SP	2.441	-	-	-	(2.400)	2.400
6	LOTE 8 C Endereço: Rua Hortolândia, Área C (parte do lote 8), parte do Sítio Guerra, no 4º Subdistrito – Nossa Senhora do Ó São Paulo / SP	5.629	-	-	-	(5.400)	5.400
7	LOTE ELISIO Av. Elisio Teixeira Leite, no 31º Subdistrito - Pirituba e no 4º Subdistrito - Nossa Senhora do Ó. São Paulo/SP	22.999	-	-	-	(13.460)	13.460
8	Terreno Sirinhaém - MKS Rodovia PE-060, Km 46, Engenho Tinoco Município de Sirinhaém, Estado do Pernambuco			-	-	-	-
TOTAL			31.200	3.200	28.000	(41.410)	69.410

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

(i) O lote 1 encontra-se arrolado em garantia das ações trabalhistas do PPLE (Plano Prévio de Liquidação de Execuções).

16. Imobilizado

Os saldos e movimentações ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão demonstrados a seguir:

16.1 Composição

Imobilizado:	Vida útil (anos)	31/12/2024			31/12/2025		
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Saldo Líquido
Ferramentas		84	(12)	72	112	(26)	86
Máquinas e equipamentos	10	2.367	(306)	2.061	2.435	(582)	1.853
Móveis e utensílios	10	584	(261)	323	1.093	(318)	775
Equipamentos de informática	5	1.631	(881)	750	1.691	(1.102)	589
Total		4.666	(1.460)	3.206	5.331	(2.028)	3.303

16.2 Movimentação

Imobilizado:	31/12/2023	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	Baixas de Depreciação	31/12/2024
Ferramentas	8	75	-	-	(11)	-	72
Máquinas e equipamentos	619	82	1.487	-	(127)	-	2.061
Móveis e utensílios	345	15	-	(143)	(40)	146	323
Equipamentos de informática	948	17	-	(47)	(244)	76	750
Total	1.920	189	1.487	(190)	(422)	222	3.206

Imobilizado:	31/12/2024	Adições	Depreciação	31/12/2025
Ferramentas	72	28	(14)	86
Máquinas e equipamentos	2.061	68	(276)	1.853
Móveis e utensílios	323	509	(57)	775
Equipamentos de informática	750	60	(221)	589
Total	3.206	665	(568)	3.303

17. Intangível

17.1 Composição

Intangível:	Vida útil (anos)	31/12/2024			31/12/2025		
		Custo	Amortização acumulada	Saldo Líquido	Custo	Amortização acumulada	Saldo Líquido
Licenças	5 a 10	299	(262)	37	299	(278)	21
Total		299	(262)	37	299	(278)	21

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

17.2 Movimentação

Imobilizado:	31/12/2023	Amortização	31/12/2024
Licenças	53	(16)	37
Total	53	(16)	37

Imobilizado:	31/12/2024	Amortização	31/12/2025
Licenças	37	(16)	21
Total	37	(16)	21

18. Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Materiais	27.106	4.799
Serviços	63.247	45.960
	90.353	50.759

O saldo de fornecedores é composto por fornecedores nacionais, principalmente, de materiais de consumo e locações para utilização nas execuções das obras.

19. Empréstimos e financiamentos

As operações de crédito bancário não possuem nenhum tipo de covenant financeiro. Adicionalmente, as linhas bancárias têm por objetivo financiar o capital de giro da Companhia.

19.1 Composição

Descrição	Tipo de Operação	Encargos	Data da Emissão	Vencimentos	31/12/2024	31/12/2025
TS FUNDO	Nota Comercial	2,7% a.m.	01-07-2024	14-07-2025	7.283	-
	Nota Comercial	CDI + 8% a.a.	16-10-2025	16-04-2027	-	20.000
Total					7.283	20.000

Circulante	7.283	11.667
Não circulante	-	8.333

19.2 Vencimento das parcelas

	Valor Total	%
2026	11.667	58,34%
2027 em Diante	8.333	41,67%
	20.000	100,00%

19.3 Abertura

Descrição	Banco	Operação	Encargos	Emissão	Vencimentos	31/12/2024	Captações	Juros Incorridos	Pagamento Principal	Pagamento Juros	31/12/2025
TS Fundo	TS Fundo	NC	2,7% a.m.	01-07-2024	15-01-2025	7.283	-	505	(7.036)	(752)	-
Invista Fundo III	Invista Fundo III	NC	2,7% a.m.	19-03-2025	14-07-2025	-	5.560	-	(5.560)	-	-
Nota Comercial	Planner	NC	CDI+8% a.a.	16-10-2025	16-04-2027	-	20.000	603	-	(603)	20.000
Total						7.283	25.560	1.108	(12.596)	(1.355)	20.000

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

20. Salários, provisões para férias e encargos sociais

	31/12/2025	31/12/2024
Salários e quitações a pagar	4.762	4.519
Provisão para férias e 13 salário	2.149	2.627
Encargos sociais	3.509	9.661
Acordo trabalhista	-	2
	10.420	16.809

21. Obrigações tributárias

	31/12/2025	31/12/2024
ICMS a recolher	182	168
ISS a recolher	1.248	1.791
INSS a recolher	39	462
Impostos retidos na fonte	2.964	3.404
PIS e COFINS a recolher	5.492	2.060
Parcelamentos tributos federais	50.700	30.963
Outros impostos	98	94
	60.723	38.942
Circulante	20.748	20.672
Não circulante	39.975	18.270

22. Adiantamentos de clientes

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento de Clientes	56.127	1.953
	56.127	1.953

23. Outras contas a pagar

	31/12/2025	31/12/2024
Seguros a pagar	10.447	67
Acordos judiciais (i)	807	748
Consórcios	1.496	2.318
Outras	41	873
	12.791	4.006
Circulante	12.205	4.006
Não circulante	586	-

(i) Acordos judiciais referentes a fornecedores.

24. Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social da Companhia encontra-se subscrito e integralizado no montante de R\$ 179.820 dividido em 179.819.933 quotas, com o valor de R\$ 1,00 cada.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)**

Em 2024, a Companhia formalmente aumentou seu capital social por meio da emissão de 1.487.092 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada, advindas de aporte de acervos técnicos e ativos imobilizados. Esse aumento teve impacto direto no patrimônio líquido, aumentando a conta de capital social em R\$ 1.487.

Dividendos e juros sobre o capital próprio

Não houve distribuição de dividendos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

Prejuízos acumulados

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou lucro no valor de R\$ 12.351, o qual foi destinado à conta de prejuízos acumulados. Desse modo, a conta de Prejuízo acumulados, que em 31 de dezembro de 2024 apresentava o valor de R\$ 15.284 de prejuízo, passou a apresentar o valor de R\$ 2.932 de prejuízo em 31 de dezembro de 2025.

25. Provisão para contingências

A Companhia é parte em processos trabalhistas e cíveis em andamento na esfera judicial, e processos tributários em andamento na esfera judicial. As provisões relativas a esses processos são classificadas quanto à probabilidade de perda provável e possível.

Em 31 de dezembro de 2025, está provisionado o montante de R\$ 5.564 (R\$ 4.776 em 31 de dezembro de 2024), o qual a Administração entende, baseada na opinião de seus assessores legais, que é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento, como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Causas trabalhistas	2.374	-
Causas cíveis	3.190	4.776
	5.564	4.776

A Companhia possui ações de natureza trabalhistas, cíveis e tributárias, que não estão provisionadas pois envolvem risco de perda classificada pela Administração e seus advogados como remoto. O valor considerado nessa classificação corresponde à soma dos valores atribuídos às causas pelos demandantes.

A provisão destes leva em consideração a evolução dos processos e o histórico de perdas nos últimos exercícios.

O valor das contingências classificadas como possíveis pelos advogados, conforme a prática jurídica, encontra-se discriminado abaixo para o exercício de 2025.

	31/12/2025	31/12/2024
Causas trabalhistas	1.180	1.392
Causas cíveis	4.472	1.302
	5.652	2.694

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

29. Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa de Imposto de Renda e da Contribuição Social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão demonstrados a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	15.746	(30.617)
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(5.354)	10.410
Itens de conciliação para determinação da taxa efetiva:		
Despesas indedutíveis	(53)	(22)
Outras (adições) exclusões	2.012	(508)
IRPJ e CSLL apurados	(3.395)	9.880
IRPJ e CSLL - diferido	(3.395)	9.880
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(3.395)	9.880
Alíquota efetiva	22%	32%

A Companhia optou pela metodologia de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) com base no Lucro Real Anual para os exercícios de 2025 e 2024.

Os créditos e débitos tributários diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, entre a base fiscal de ativos e passivos, e seu respectivo valor contábil, e encontram-se distribuídos da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativos		
Prejuízo fiscal e base negativa	12.569	7.523
Provisão para contingências trabalhistas/cíveis/tributárias	1.892	1.624
Impostos diferidos	186	-
Ativos contabilizados	14.647	9.147
Passivos		
Valor Justo Propriedade para investimento	-	(924)
Diferimento Contas a Receber	-	(563)
Receitas a Faturar	(10.342)	-
Variação cambial	(40)	-
Passivos contabilizados	(10.382)	(1.487)
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	4.265	7.660

Exercício	2025	%
2026	953	22%
2027	301	7%
2028 em diante	3.010	71%
Total	4.265	100%

30. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia não mantém operações com instrumentos financeiros derivativos. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração.

A Companhia não possui instrumentos financeiros que possam ser caracterizados por operações com derivativos.

Fatores de risco financeiro

Os principais riscos inerentes às operações da Companhia e a forma de controle e mitigação, quando aplicáveis, são assim descritos.

Risco de taxa de juros (risco de mercado)

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Visando mitigar esse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo, e assim justifica a não demonstração da análise de extrapolação deste risco.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não apresentou exposição relevante ao risco de taxa de juros para que fosse apresentada uma análise de sensibilidade.

Riscos de liquidez

Risco de a Companhia não possuir recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia restringe sua exposição a riscos de créditos associados a bancos e a aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo.

31. Seguros

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possuía diversas coberturas de seguro cobrindo diversos riscos, dentre eles riscos de property (incêndio), riscos de engenharia, responsabilidade civil, transporte de mercadorias e danos materiais a veículos e equipamentos próprios.

O seguro contra riscos de engenharia visa cobrir danos materiais à própria obra e o seguro de responsabilidade civil visa cobrir danos que o processo de execução das obras ocasione involuntariamente a terceiros.

As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dadas a sua natureza e peculiaridade, não fazem parte do escopo de revisão das demonstrações financeiras desta forma, não foram revisadas pelos auditores independentes.

Azevedo & Travassos

Telefone: +55 (11) 3973-7787 - Ramal 500

E-mail: investidores@azevedotravassos.com.br

